



Travessia

Maio/2009
Nº 63

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 7317828505
ECT/DRIMG/CENTRO
APESJF SSind. PUBLICAÇÕES

Adoção do ENEM na UFJF

Audiência Pública expôs falta de debates na UFJF

Uma audiência na Câmara Municipal de Juiz de Fora expôs a insuficiência de debates que caracterizou a recente mudança no processo seletivo da Universidade Federal de Juiz de Fora, a terceira apenas em 2009.

Representantes de colégios e da sociedade, a APESJF e DCE debateram a

questão e denunciaram a forma como importantes questões da UFJF vem sendo tratadas: sem a cuidadosa discussão, sem o debate com a comunidade e de forma atropelada.

A audiência ainda questionou a validade do ENEM como forma de democratizar o acesso as Instituições Federais de Ensino. Pág. 5



Audiência Pública discutiu mudanças no processo seletivo da UFJF

APESJF apóia defesa do patrimônio histórico

Com o apoio da APESJF, a comunidade protestou contra a derrubada de um prédio da década de 40 no centro da cidade. A demolição, à revelia da lei, se deu em um momento em que a cidade

assiste a uma onda de ameaças a seu patrimônio histórico, vide derrubada de parede histórica da associação comercial, que contava com pintura de Ângelo Biggi, pintor italiano, radicado em JF, no início do século. Pág. 5



Casarão em processo de tombamento foi demolido

Governo quer acabar com Regime de Dedicção Exclusiva, págs 6 e 7

APESJF promove seminário sobre Crise Capitalista, Educação e Trabalho Docente, Pág. 4

MTE regulariza registro do ANDES, pág. 7

Artigos

A gripe H1N1, pág 2

A Criminalização dos Movimentos Sociais, pág. 8

Editorial

Chama à atenção, atualmente, a maneira apressada, usualmente utilizada, no trato dos assuntos que se referem às Instituições Federais de Ensino Superior. Quer-se fazer crer que uma revolução está em curso. Será mesmo? Senão, vejamos. Primeiramente, temos o caso recente da mudança na forma de entrada de milhares de jovens na universidade, com a proposta do MEC de substituição da forma tradicional do vestibular pelo ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio - para a admissão de estudantes nos diversos cursos universitários em 2010, processo, portanto que estará em curso já no trimestre final de 2009. A questão é polêmica tendo fervorosos defensores pró e contra a mudança. Há, não se pode negar, um certo charme na proposta, mas por que não se favorece a discussão real da situação da educação brasileira em todos os seus matizes? O que fica, portanto, é a impressão de que estamos lidando com factóides criados para alcançar o grande público. Por que não pomos na mesa as cartas e explicamos as razões do nosso atraso em educação, por que não falamos dos professores mal pagos, das escolas sem condições, da situação precária em que vivem, a maioria, os nossos jovens. Por que não assumimos que estamos alcançando a universalização da educação precarizada e não conseguimos melhorar a qualidade?

Agora, no mês de maio, o MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - anuncia que está propondo uma nova Dedicção Exclusiva para a Carreira do Ensino Superior, sob pretexto de atender às determinações do TCU visando reduzir as irregularidades e ilegalidades dos vínculos hoje existentes entre as IFES e as fundações privadas, ditas de apoio. A emenda pretendida é pior que o soneto Trata-se de um desrespeito à autonomia universitária e um verdadeiro acinte em relação à categoria que educa, ensina e faz pesquisa. Saliente-se que as Instituições de Ensino Superior públicas, nas quais se incluem as Federais, são responsáveis por cerca de 95% das pesquisas realizadas no país.

A proposta apresentada transforma a DE em mais uma gratificação semestral, reservando aos não optantes, que terão regime de 40 horas, a possibilidade de obterem recursos para pesquisa, consultoria, etc. de órgão a ser criado em cada universidade, aos moldes das fundações, ditas de apoio, com ligação direta com o SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos). Trata-se, por conseguinte, de proposta que cinde a carreira docente, secciona o seu trabalho e submete os docentes a ingerências externas, estranhas ao projeto de universidade pública. Não precisa dizer que reforça o trabalho individualista desconstruindo a perspectiva do saber universal, coletivo e de interesse público. Por fim, não menos importante, este projeto se choca com as recomendações apresentadas pelo TCU que apontou descontrole de gastos nas fundações ditas de apoio. Da nossa parte, não podemos deixar que se criem novas igrejinhas, muito menos nas mãos dos técnicos de plantão, nem que a universidade venha a sofrer as conseqüências de mudanças estabelecidas sem a discussão da categoria. No entanto, mais uma vez se prepara uma ação rápida e bombástica que alterará profundamente a vida universitária.

Estes dois movimentos complementam uma vaga de mudanças que vêm sendo impostas à universidade pública e gratuita. Querem os governantes de plantão, mais alunos dentro da universidade, querem mais gente no mercado de trabalho, querem mais aluno por professor, querem mais aulas por professor. Trata-se de uma expansão numérica que não atenta para a qualidade. O modelo que se propaga, sintetizado no REUNI, é da expansão de uma educação precarizada que, no processo de evolução natural, acabará por selecionar poucos para um saber humano efetivo.

No momento em que a crise do capital, em nível mundial, revela os absurdos e contradições do neoliberalismo, como entender esse agressivo programa de câmbios nele inspirados? Não se trata, pois, nem de transformações mínimas. Continua a mesma fascinação pelas políticas inspiradas nos centros dominantes. Estamos longe de uma evolução. Mais perto, sim, de um modelo conservador, com alterações de muita aparência, porém, mantendo estruturalmente implícitas as mesmas relações de poder.

O que propomos é simples: tão somente educação pública e gratuita, em todos os níveis, ao alcance de todos. Aí, sim, uma revolução pode acontecer, sem pressa, mas segura. E nela a universidade pública e gratuita terá proeminência tendo como centralidade o atendimento das demandas do povo brasileiro.

Senhores do poder, respeitem a universidade pública e gratuita. Professores, façam a sua parte: defendam este patrimônio que é de todos nós.

A diretoria.
Maio/2009

Gripe H1N1

A gripe suína, agora batizada de Gripe H1N1, se configura atualmente como mais um componente estressante da atual situação de terror por que passa o planeta em sua globalização organizada pelo mercado.

Tal globalização, longe de promover um mundo sem fronteiras em que a solidariedade poderia solidificar a segurança e a paz, tem criado, na verdade, uma aura, uma sensação apocalíptica, de que tudo pode estar por um fio a qualquer momento. Doenças que se espalham como ameaça, bolhas capitalistas que, ao estourar, ameaçam a estabilidade de tradicionais corporações e até de estados nacionais, sem contar o mercado negro de armas atômicas ou a questão ambiental.

Segundo o Centro de Prevenção e Controle de Doenças da União Europeia (UE), a estimativa é de que 40% a 50% da população europeia será infectada.

As nações correm em busca da vacina, na certeza de que essa gripe não é apenas uma marolinha. Tal corrida contra o tempo pode salvar milhares de vidas e é aí que entra a necessidade dos países estarem capacitados tecnologicamente para essa guerra, visando a proteção de suas populações, na perspectiva de não estarem nas mãos dos grandes laboratórios que de resto dominam o mercado da produção de

medicamentos.

Aqui reside uma das bandeiras do ANDES SN. que defende o investimento público na produção de conhecimento, dando condições financeiras e incentivos para que as universidades brasileiras possam desenvolver suas pesquisas em pé de igualdade com os países de primeiro mundo, direcionando-as para o bem de todos e não como uma ação mercadológica. Nesse sentido, explica-se o combate às Fundações, ditas de apoio, que na sua relação com o mercado, desvia as IFES de seu real propósito, entrega o direcionamento das pesquisas ao sabor da relação oferta/procura, cria focos de privatização e coloca o bem público a serviço do mercado. Aí também o combate de falsas estratégias de expansão - REUNI, Universidade Aberta do Brasil e Professor Equivalente que prejudicam o desenvolvimento das pesquisas, incentivando a transformação das instituições em grandes colégios de 3º grau, muito mais voltadas para o ensino do que a pesquisa e extensão. Assim, o sindicato acredita que o fortalecimento de uma nação se dá pelo investimento maciço e sério em sua educação, na indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, sempre em seu sentido público, gratuito com qualidade socialmente referenciada. Essa, uma das grandes lutas do ANDES-SN.



RBorges

Expediente

Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APES JF SSind.

Profº. Dálvio Dias - Faculdade de Economia e Administração -
 Profª. Ana Livia de Souza Coimbra - Faculdade de Serviço Social
 Profº. Márcio Antônio de Oliveira - Aposentado
 Profª. Alice Monteiro Mayer - Faculdade de Educação Física
 Profª. Roselene Perlatto Bom Jardim - ICH
 Profº. Rubens Luiz Rodrigues - Faculdade de Educação
 Profª. Maria de Fátima G.M.K. Patrício - C.A. João XXIII

Presidente
 Vice-Presidente
 Secretário Geral
 1ª Secretária
 2ª Secretária
 1º Tesoureiro
 2º Tesoureiro

Redação e diagramação: Daniel Goulart / e projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão / Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem 1000 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900
 Tel/Fax: (32) 3215-1286 / Homepage: apes.org.br e-mail: apesjf@acessa.com

Fasubra aprova desfiliação da CUT

A reorganização dos Trabalhadores brasileiros deu mais um passo com a desfiliação da FASUBRA da Central Única dos Trabalhadores.

A maioria dos delegados presentes ao XX Congresso da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores em Universidades Brasileiras - Fasubra Sindical, realizado em Poços de Caldas (MG), aprovou a desfiliação da entidade da Central Única dos

Trabalhadores.

Foram 510 votos pela desfiliação, 454 pela manutenção da filiação, dois nulos e quatro em branco.

Conforme o representante da Conlutas no congresso, Paulo Barela, a repercussão desse resultado deverá ultrapassar as fronteiras do movimento do funcionalismo federal, refletindo-se em todo o movimento sindical brasileiro.

"Evidentemente, também é um grande passo no processo de reorganização e fortalece a iniciativa da Conlutas no caminho da construção de uma entidade unitária para a classe trabalhadora em nosso país.

A partir de agora, abre-se um período de debates, seminários, encontros e assembleias para discutir uma alternativa de organização para a Fasubra", afirma.

Infor mes

Cotas para pesquisa científica

Governo pretende criar cotas para bolsas de pesquisa científica. Serão abertas 600 vagas para estudantes que ingressaram nas universidades públicas por meio de ações afirmativas. Beneficiários terão direito a R\$ 300 mensais pelo período de um ano

Reforma do Estado

O governo Lula volta novamente as baterias contra os serviços públicos. Desde o fim de maio, tenta costurar acordo entre as lideranças do Congresso para por em pauta o famigerado PL92/2007, que cria as Fundações Públicas de Direito Privado.

Se este projeto for aprovado, pode representar o fim dos serviços públicos do país, entregando para iniciativa privada a gestão da saúde, educação, cultura, meio ambiente, pesquisa etc. Tudo isso praticado segundo as regras de mercado, ou seja, objetivando o lucro. E o pior, o dinheiro público poderá ficar sem controle dos Tribunais de Contas.

Caso o PL seja aprovado, os Hospitais Universitários poderão sair do controle das IFES, perdendo seu sentido social e prejudicando milhões de pessoas que dependem desses serviços.

O fato é grave e é preciso que os movimentos sociais estejam atentos contra mais essa investida do privado sobre o público.

Na Berlinda

Matéria publicada pela Folha de S. Paulo, em 17/5, no Caderno Dinheiro, aborda as estranhas relações entre o Proifes e o governo federal. Na matéria "Gasto com pessoal deve atingir 5% do PIB neste ano", o repórter Gustavo Patu, da sucursal de Brasília, relata que "o governo Lula mantém estudos em parcerias com sindicatos dos servidores, que estão entre as principais bases políticas do PT".

Como exemplo, o repórter cita o projeto de desenvolvimento de um sistema informatizado que permitirá consultar, entre outros dados, o número de contratados e os custos totais de cada categoria do serviço público. "Em vez de ser tocado pelo Planejamento (Ministério), o projeto, com verba total de R\$ 370 mil, teve sua execução transferida para a Universidade Federal de São Carlos. E um dos principais pesquisadores, com auxílio mensal de R\$ 4.500, é o professor de matemática Gil Vicente Reis de Figueiredo, também presidente do Proifes, que disputa a condição de sindicato dos docentes federais", diz o texto da reportagem

ADUFPA lança Observatório do Reuni

Como forma de fiscalizar o programa de expansão das universidades públicas federais, a ADUFPA lançou em 18/05, o Observatório do Reuni na UFPA. A ferramenta, disponibilizada por meio de um link na página da ADUFPA, foi criada pelo Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais da entidade e segue uma deliberação do 29º Congresso do ANDES-SN, realizado em fevereiro deste ano.

O Observatório do Reuni irá funcionar como um banco de dados, onde toda a comunidade universitária poderá monitorar a implementação do programa e analisar seus impactos e conseqüências na missão da instituição, bem como nas condições do trabalho docente.

Reitora ignora protestos e garante adesão da UFMT ao vestibular unificado

Não adiantaram os protestos, a reitora Maria Lúcia Cavalli Neder, lançando mão de um mecanismo vertical, que é o "ad referendum", e sob o pretexto de garantir a autonomia universitária, resolveu, estando fora da instituição, pela adesão da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT ao novo modelo de vestibular unificado.

Será esta a nova forma de democracia universitária?

Demonstrativos de Receitas e Despesas

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

FEVEREIRO/2009	
RECEITAS	52.509,31
FIXAS	50.119,05
Contr. Dos Sindicalizados	50.119,05
VARIÁVEIS	2.390,26
Mens Ch Apes	0,00
Patrocínio	0,00
Outras Receitas	0,00
Rendimentos Financeiros	2.010,26
Taxa de Administração	0,00
Aluguel	380,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00
Venda Bem Ativo Permanente	0,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	0,00
Bar Apes	0,00
Recuperação Baile	0,00
Recuperação Despesas	0,00
DESPESAS	64.948,61
RECURSOS HUMANOS	16.371,11
EMPREGADOS COM VÍNCULO	11.078,24
13º Salário	0,00
Anuênio	861,78
Assistencia Medica	0,00
Cursos	0,00
Férias	3.394,43
Gratificação	1.317,18
PAT	0,00
Pis s/ folha	295,99
Rescisões	0,00
Salários	4.986,83
Uniformes e Equip.Segurança	0,00
Vale Transporte	222,03
ENCARGOS SOCIAIS	3.922,87
F.G.T.S.	884,00
I.N.S.S.	3.038,87
ASSESSORIAS	1.370,00
Contábil	1.370,00
Jurídica	0,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00
Impostos e Taxas	0,00
Iptu	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	1.193,80
Bancária	1.193,80
Juros Passivos	0,00
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	23.076,60
Água, Luz	0,00
Alimentação	151,25
Aluguel	0,00
Brindes	14.576,64
Condomínio	239,15
Conservação e Reparos	12,90
Confraternização	0,00
Despesas Postais	1,00
Depreciações e Amortizações	0,00
Doações	0,00
Estacionamento	0,00
Material de Consumo	290,05
Material de Escritório	274,00
Material de limpeza	113,56
Outras	3.454,90
Publicação	0,00
Seguro	0,00
Serv Prest. Pessoa Jurídica	2.254,35
Suprimentos p/Informática	0,00
Telefone/Fax/Internet	939,10
Transporte	18,10
Xerox	751,60
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00
Assinatura de Jornais Revistas	0,00
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	13.629,84
CONGRESSOS/CONADS/CONEDS	13.629,84
Diárias	6.350,64
Hotel	4.964,00
Passagens	2.315,20
REPASSES	10.677,26
Andes SN	10.023,81
Andes Mobilização	252,50
Andes Solidariedade	400,95
Eleição Andes	0,00
RESULTADO DO MÊS	(12.439,30)

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

MARÇO/2009	
RECEITAS	49.717,09
FIXAS	47.753,74
Contr. Dos Sindicalizados	47.753,74
VARIÁVEIS	1.963,35
Mens Ch Apes	0,00
Patrocínio	0,00
Outras Receitas	0,03
Rendimentos Financeiros	1.963,32
Taxa de Administração	0,00
Aluguel	0,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00
Venda Bem Ativo Permanente	0,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	0,00
Bar Apes	0,00
Recuperação Baile	0,00
Recuperação Despesas	0,00
DESPESAS	55.546,84
RECURSOS HUMANOS	16.953,90
EMPREGADOS COM VÍNCULO	11.748,78
13º Salário	0,00
Anuênio	1.129,13
Assistencia Medica	30,03
Cursos	0,00
Férias	0,00
Gratificação	1.317,18
PAT	1.065,00
Pis s/ folha	110,58
Rescisões	0,00
Salários	7.519,31
Uniformes e Equip.Segurança	28,00
Vale Transporte	549,55
ENCARGOS SOCIAIS	3.670,12
F.G.T.S.	797,84
I.N.S.S.	2.872,28
ASSESSORIAS	1.535,00
Contábil	1.535,00
Jurídica	0,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	271,56
Impostos e Taxas	0,00
Iptu	271,56
DESPESAS FINANCEIRAS	1.200,90
Bancária	1.200,90
Juros Passivos	0,00
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	11.051,67
Água, Luz	0,00
Alimentação	105,81
Aluguel	0,00
Brindes	1.068,50
Condomínio	248,35
Conservação e Reparos	5,50
Confraternização	977,00
Despesas Postais	2.787,50
Material de Consumo	150,03
Material de Escritório	206,30
Material de limpeza	73,96
Outras	1.621,92
Publicação	0,00
Seguro	435,76
Serv Prest. Pessoa Jurídica	2.320,24
Suprimentos p/Informática	0,00
Telefone/Fax/Internet	1.060,80
Transporte	0,00
Xerox	0,00
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00
Assinatura de Jornais Revistas	0,00
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	752,73
REUNIÃO SETOR/PLENÁRIAS	752,73
Diárias	471,00
Outros	20,00
Passagens	261,73
REPASSES	20.792,20
Andes SN	9.251,00
Andes Mobilização	251,75
Andes Solidariedade	370,04
Rateio Andes	10.919,41
REUNIÃO GTs	4.523,88
Diárias	1.018,50
Passagens	3.505,38
RESULTADO DO MÊS	(5.829,75)

Audiência Pública expõe falta de debates sobre

As recentes mudanças no processo seletivo da UFJF, se não foram alvo de uma discussão aprofundada dentro da instituição, como era de se esperar, resultaram em pelo menos uma audiência pública, convocada pelo Vereador Flávio Chequer em 29/04. Vários representantes da Comunidade Universitária estiveram presentes e puderam expor a necessidade de maiores discussões sobre a questão.

Para a professora Ana Lúcia, vice-presidente da APESJF, a câmara dos vereadores atuou, realizando o trabalho que deveria ter sido feito pela UFJF ao promover uma discussão que a própria universidade deveria ter levado a cabo. Ela ressaltou a necessidade de maior democracia dentro da instituição e o estabelecimento de um cronograma de debates para estudar o impacto da adoção do ENEM no processo seletivo. A professora perguntou ainda do porquê da pressa em aprovar uma mudança desse nível se não havia ônus para a UFJF em decidir no ano que vem. Ana Lúcia destacou ainda o problema da migração de alunos de outras regiões para Juiz de Fora, já que o projeto do governo permite, a cada aluno, a disputa de vagas

em cinco instituições, o que poderia retirar vagas dos candidatos locais.

O vereador Paulo Roberto Cupollillo, o Betão questionou também a falta de discussão e levantou suspeitas sobre a validade do ENEM como fator de democratização do acesso à universidade.

Ele propôs ainda que a Câmara enviasse um ofício para a Administração Superior no sentido de adiar a mudança para o ano que vem, o que possibilitaria a realização de discussões aprofundadas.

Para o Coordenador Geral do DCE a discussão foi atropelada, já que em apenas quatro horas de reunião, o CONGRAD decidiu adoção do ENEM como parte do processo seletivo, sem um estudo dos impactos da mudança e sem levar em conta as questões pedagógicas envolvidas. Ressaltou ainda que a fórmula encontrada é confusa e mal explicada.

O professor José Luiz Lacerda, Diretor do Colégio de Aplicação João XXIII, disse, em sua fala na audiência, que a mudança foi precipitada e prejudicial causando grande impacto na rede pública do ensino

médio, rede esta que tem se colocado contra as mudanças aprovadas no Congrad. Para ele, faltou ouvir a comunidade antes de se tomar a decisão.

Para Lacerda, as escolas terão que lidar com duas metodologias diferentes, já que Enem e vestibular cobram conteúdos diferentes.

O vereador Flávio Chequer ressaltou que a audiência pública revelou uma demanda por mais discussões sobre a questão e que mesmo as unidades da UFJF afetadas pela decisão não foram ouvidas.

O professor Nelson Ragazzi, representante das Escolas particulares de ensino médio, disse que esperava que a UFJF não aprovasse mudança alguma no vestibular para esse ano. Segundo ele, no início do ano já houve duas modificações tanto no vestibular quanto no Pism, que demandaram adaptações das escolas que já estavam com a programação de 2008 toda pronta.

Para ele, o melhor seria realizar uma discussão durante este ano e realizar qualquer mudança apenas em 2010. "Não somos contra mudanças, mas elas serão bem vindas se forem programadas".



APESJF e Comitê Central Popular/JF promovem:

*Anfiteatro da Facom
19h30*

Ciclo de debates:

CRISE CAPITALISTA, EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

23/06

A crise mundial, o Brasil e os movimentos sociais,

Marcelo Dias Carcanholo - Professor da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF)

Valerio Arcary - Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica São Paulo. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, membro do Grupo de Pesquisa "Marxismo e Pensamento Político".

24/06

Educação pública e trabalho docente em contexto de crise

Antônio de Pádua Bosi - Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminens, membro do Grupo de Pesquisa "História Social do Trabalho e da Cidade".

Lourival Batista de Oliveira Júnior - Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorando em Administração pelo PPGA/Universidade Federal de Lavras, membro do Grupo de Pesquisa "Desenvolvimento Sócio-econômico Regional/Local", Delegado regional do Conselho Regional de Economia (MG).

54º CONAD

Curitiba 16 a 19/07 - 2009

A Diretoria do ANDES-SN já convocou o 54º CONAD para o período de 16 a 19 de julho de 2009, na cidade de Curitiba - PR, sediado pela SINDUTF-PR, com o tema central: Unir os trabalhadores para enfrentar a crise, defender a educação pública e os direitos sociais.

O CONAD tem o objetivo principal de atualizar o Plano de Lutas definido no último congresso e apreciar a prestação de contas do sindicato. Os professores que desejarem contribuir para o Caderno de Textos do CONAD devem acessar a página da APESJF, www.apesjf.org.br para entender as regras que devem ser seguidas. O Caderno de Textos dá suporte às discussões que são realizadas no CONAD. A APESJF vai convocar em breve uma assembléia para a escolha do delegado do(s) e observador(es) que irão representar o sindicato em Curitiba.

e mudanças no processo seletivo na UFJF

Foto Danniel Goulart



Professora Ana Livia, Vice-Presidente da APESJF fala na Audiência Pública

APESJF apóia defesa do Patrimônio Histórico

A comunidade juizforana, com o apoio da APESJF, promoveu um protesto em 14/05 contra a demolição de um casarão, situado na esquina das ruas Delfin Moreira e Avenida Rio Branco, que estava em processo de tombamento.

Vestidos de preto, estudantes, representantes de entidades e políticos se colocaram frente aos escombros para denunciar o constante desrespeito pelo patrimônio histórico da cidade de Juiz de Fora.

A construção, erguida por volta de 1937, era a única residência da cidade no estilo *Art Deco* Marajoara. Durante o ato, foram recolhidas assinaturas pedindo a apuração do caso. Nas falas, os manifestantes repudiaram o desrespeito ao patrimônio histórico-cultural da cidade e realizaram um alerta indicando que o fato não é isolado. Outros incidentes mostram o descaso com a história de Juiz de Fora como foi o caso da parede da Associação

comercial, demolida recentemente, que continha um trabalho decorativo feito pelo pintor italiano Ângelo Biggi que, no final da primeira década do século XX, veio para Juiz de Fora. O protesto deu início a um processo de mobilização da sociedade que teve como segundo passo a formação de um Fórum para Preservação do Patrimônio. Um espaço para que a sociedade possa conjugar ações e projetos que auxiliem e estimulem, a preservação do

Patrimônio Cultural

O ato, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil Seção JF e o OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) Permeiar, teve o apoio do DCE-UFJF, APESJF, Faculdade de Engenharia, Dpto. e curso de Arquitetura da UFJF, ICH, Pós Graduação de Gestão e Patrimônio Cultural do Grambery e curso de arquitetura do CES, além da Associação Produtores Artes Cênicas.



Foto Danniel Goulart



Os Grupos de Trabalho da APESJF já estão em funcionamento.

GTPE (GT Política Educacional), GT Carreira e Verbas, GTPFS (GT de Política e Formação Sindical), GTC&T (GT de Ciência e Tecnologia), GT Fundações, GTSS (GT de Seguridade Social), GTCA (GT Comunicação e Artes), já deram início às suas discussões.

O comparecimento de todos é importante, já que a APESJF-SSind. necessita e requer a ampliação do espaço de debates para fazer aprofundar a ação política do



sindicato. A criação dos GTs no nível local é uma recomendação dos Congressos dos ANDES.

Eles constituem uma experiência que a prática tem demonstrado ser extremamente satisfatória.

Cabe-lhes a discussão de temas afetos a sua área de atuação e, como resultado de suas reflexões, a elaboração de propostas a serem encaminhadas à Diretoria à qual caberá, se acatadas, sua execução.

Governo quer comprometer Regime de DE para ju

A (contra) reforma universitária idealizada pelo governo federal continua sendo feita em partes. Com esse novo ataque às IFES, o governo pretende modificar o conceito de Dedicção Exclusiva (DE) dos Docentes, ao mesmo tempo em que o vincula às Fundações ditas de Apoio, numa tentativa de legitimar essas instituições, tão criticadas e alvo de seguidas denúncias e processos.

Num exercício de malabarismo com a lógica, o governo tenta convencer que a determinação do Tribunal de Contas da União para regularizar as Fundações, ditas de Apoio, será cumprida com a formatação de nova carreira dos docentes, realizando uma ponte injustificável entre as duas

questões.

Em reunião com representantes do ANDES-SN, o titular da Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Paiva Ferreira, mostrou preocupação em acelerar a formatação das propostas da Secretaria no que concerne aos elementos balizadores da carreira. Tal formulação, que deveria ser apresentada após os encaminhamentos dados à questão das tabelas remuneratórias, pode, para o Ministério, ser a salvação das Fundações.

Segundo Duvanier, o Ministério entende que a formatação das propostas se faz urgente em razão do Acórdão 2731/2008 do Tribunal de Contas da União TCU. O acórdão

determina, em especial aos ministérios da Educação MEC e de Ciência e Tecnologia MCT, providências para reduzir as irregularidades e ilegalidades dos vínculos hoje existentes entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e as Fundações, ditas de apoio.

Para Duvanier, as modificações nas carreiras das universidades federais seria uma maneira de cumprir o que estabelece o acórdão.

Na verdade trata-se de um embuste, pois, se adotadas tais medidas, o governo estará criando uma nova gratificação, precarizando e dissociando o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Uma lástima que deve ser combatida prontamente.



Foto ANDES

Representantes do ANDES em reunião com MPOG

A proposta ponto por ponto:

Estruturação de remuneração com pagamento por projeto para Docentes que estejam trabalhando com projetos de pesquisa e extensão:

- Mudança no conceito de “Dedicção Exclusiva”
- Criação de “Gratificação de Dedicção Exclusiva”
- Extinção da GEMAS, com incorporação ao Vencimento Básico
- Regime de opção pela Gratificação de Dedicção Exclusiva semestral. Não optantes passam a ser Docentes em Regime Integral de 40 horas
- Equalização do valor final da remuneração dos doutores, mestres e especialistas com a carreira de Ciência e Tecnologia

Estruturação de remuneração por projeto para Docentes e Técnicos que estejam trabalhando com projetos de pesquisa, extensão e consultoria:

- Pagamento via SIAPE com receita própria de projetos, consultorias, etc
- Deixa de receber a Gratificação de Dedicção Exclusiva ao receber remuneração por projetos com receita própria.
- Estrutura de cálculo previdenciário mantendo compatibilidade com remuneração de Professor em DE
- Cálculo de IRPF sobre o montante total pago pelo SIAPE
- Corte de valores no Teto Constitucional (R\$ 24,5 mil).

ANDES envia carta ao MEC condenando Mudanças na DE

Em documento enviado ao ministro da Educação, em 21/05, o ANDES-SN, afirma que a minuta da portaria em preparação pelo MEC para atender ao Acórdão 2.731/08, do Tribunal de Contas da União – TCU, não contempla ações que possam extinguir as irregularidades hoje existentes entre as fundações “ditas” de apoio e as instituições federais de ensino superior – IFES.

O acórdão determinou aos ministérios da Educação – MEC e de Ciência e Tecnologia – MCT, em especial, providências para reduzir as irregularidades e ilegalidades dos vínculos entre as IFES e as fundações privadas “ditas” de apoio. Na carta, o presidente do ANDES-SN afirma que espera que as avaliações da entidade sejam contempladas no ato normativo que o governo eventualmente venha a promulgar em atendimento ao acórdão.

A carta destaca os pontos que o ANDES-SN considera descobertos ou tratados de modo insuficiente na portaria que o MEC está elaborando, como a inexistência de mecanismos que impeçam a gestão das fundações privadas “ditas” de apoio por ocupantes de cargos públicos; e o fato de não

contemplar dispositivos que impeçam mecanismos de flexibilização ou descaracterização da dedicação exclusiva - DE.

O Sindicato Nacional havia solicitado uma audiência com o Ministro da Educação Fernando Haddad para expor as preocupações da entidade. Como a audiência ainda não foi realizada, o Sindicato tomou a iniciativa de protocolar, no MEC, os contrapontos do ANDES-SN à minuta. Em outubro do ano passado, o Sindicato Nacional entregou ao ministro um sumário dos problemas levantados pelo ANDES-SN nas relações entre as IFES e as fundações privadas “ditas” de apoio. Esse documento já contemplava parte das observações contidas na carta enviada hoje.

O TCU estabeleceu um prazo de 180 dias para que o MEC atenda às determinações do acórdão. O prazo expira no final deste junho. “Por isso há urgência em darmos conhecimento da nossa análise da minuta em elaboração pelo MEC, para que as propostas do Sindicato possam ser consideradas antes da promulgação da portaria”, afirma Giro.

Justificar permanência das Fundações de Apoio

Para ANDES modificações não resolvem questão

Após a apresentação da proposta de modificação da carreira dos docentes, na reunião com o MPOG, os diretores do ANDES-SN expressaram com clareza seus desacordos e preocupações com o que estaria sendo gestado. Ciro Correia afirmou que a proposta parece ir justamente no sentido contrário das preocupações do TCU de corrigir os problemas apontados no seu levantamento e as determinações do Acórdão 2731/2008.

“O que precisa ser preservado e valorizado é justamente o conceito atual de dedicação exclusiva DE enquanto regime prioritário de trabalho nas universidades públicas, ao contrário de reduzi-lo à condição precarizante de mais uma mera gratificação,

como se não bastassem as já existentes!”, disse Ciro. Ele continuou: “na verdade, transformar a DE numa complementação paga como gratificação semestral apenas irá incentivar os professores a se submeterem aos projetos hoje administrados e do interesse de fundações privadas na busca por superar o valor desta gratificação”.

Entre outros problemas, o presidente do ANDES-SN ainda destacou que os supostos itens que visam garantir a transparência dos contratos firmados pela universidade como: realizar pagamentos pelo sistema SIAPE, determinar teto para as complementações e recolher Imposto de Renda sobre os montantes pagos, se guardam alguma relação com aumento do controle,

escamoteiam a questão central da coerência dos objetos dos projetos com os propósitos da universidade, que não devem e nem podem se confundir com os de prestação de serviços que não tenham qualquer caráter acadêmico.

Para Ciro, a lógica que permeia a proposta “é enviesada em relação às determinações do TCU e perversa no sentido de fazer aumentar os problemas hoje já existentes nas carreiras das universidades quanto à precarização e inseguranças remuneratórias e previdenciárias”. Como se isso não bastasse, avalia o presidente do Sindicato Nacional, causa perplexidade que nenhum tópico sequer toque na questão central dos problemas levantados pelo TCU: o fato absolutamente irregular de

dirigentes das IFES ocuparem simultaneamente cargos de direção nas administrações das fundações privadas “ditas” de apoio, com as quais estabelecem contratos. Ciro lembrou que é essa situação que gera a relação promíscua e desvirtuada na qual o que determina o objeto dos contratos é o interesse particular de quem propõe, analisa e assina esses documentos estando representado dos dois lados do balcão, “em flagrante desrespeito aos mais comecinhos princípios da administração pública num regime republicano”.

O presidente deixou clara a posição do Sindicato Nacional com relação às fundações privadas ditas de apoio. “Para nós, não há nada que justifique a presença dessas

entidades privadas dentro das universidades, pois elas desvirtuam a atividade acadêmica com o engodo da autonomia. Na verdade, o que essas fundações fazem é comercializar interesses privados utilizando a estrutura e a capacidade de trabalho das universidades para gerar uma receita que vai parar nas mãos de poucos”. A secretária-geral do ANDES-SN, Solange Bretas, também afirmou que a proposta apresentada não representa a solução do problema identificado pelo TCU. “Grande parte dos projetos contratados via fundações de apoio sequer é de conhecimento dos chefes de departamento ou dos diretores das unidades acadêmicas, embora a estrutura da universidade seja utilizada para o seu desenvolvimento”.

MTE regulariza registro do ANDES

A partir de 5/6, o ANDES-SN volta a representar plenamente os docentes das instituições públicas do ensino superior. Por despacho do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, datado de 4/5/2009, publicado na página 165, Seção 1, do Diário Oficial da União de 05/06, foi restabelecido o Registro Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, para que represente em todo o território nacional, os docentes em ensino superior..

Com a medida, o Sindicato Nacional retoma a representação sindical plena junto às instituições públicas de ensino superior e também das instituições privadas de ensino superior que não apresentaram impugnações em 2003 nem se manifestaram em 2009, em atendimento ao edital do MTE publicado em 23 de janeiro deste ano.

A definição quanto à representação sindical plena no âmbito das instituições privadas permanecerá na dependência do

juízo final de processo que atualmente se encontra em trâmite no Superior Tribunal do Trabalho TST.

Com essa medida, o ministro Carlos Lupi, o secretário de Relações do Trabalho, Luís Antonio de Medeiros Neto e o secretário-adjunto de Relações do Trabalho André Luis Grandizoli cumpriram o compromisso assumido em 11 de novembro de 2008.

Naquela ocasião, eles receberam a comissão composta por representantes da diretoria do ANDES-SN, da Coordenação Nacional de Lutas Conlutas, central sindical a qual o ANDES-SN é filiado, e de representações de outras organizações do movimento social, sindical e estudantil, reunidas durante o ato em defesa da Liberdade de Organização Sindical e em defesa do ANDES-SN.

A partir daquele encontro, o Sindicato Nacional pôde demonstrar às autoridades e técnicos do MTE a necessidade de corrigir a arbitrariedade cometida em 2003, uma vez que seu registro sindical

tinha não apenas a legitimidade da sua história de representação da categoria e da consequência de suas propostas para o setor, mas também o respaldo judicial das decisões do Superior Tribunal de Justiça STJ e do Supremo Tribunal Federal STF, transitadas em julgado a seu favor nos anos 90.

No entanto, uma vez que, após a suspensão, as contestações exclusivas de entidades do setor privado encontraram respaldo em decisões judiciais da Justiça do Trabalho, ainda dependentes de julgamento nos tribunais superiores, a medida agora tomada corrige o vício de origem do ato de suspensão de 2003, que foi além da sua motivação.

O ato ora promulgado é também consequência do fato do registro sindical do ANDES-SN ter sido “suspensão”, “até que dirimidas as impugnações e recursos administrativos pendentes” conforme consta do processo, e não “cancelado”, como os adversários da entidade alardeavam na tentativa de confundir a categoria.

USP entra em greve

Os professores da USP (Universidade de São Paulo), em assembleia realizada em 04/06, decidiram entrar em greve a partir de 05/06 por conta da presença da Polícia Militar no campus. Os docentes se somam à greve de funcionários, deflagrada no dia 05/05.

De acordo com comunicado da Adusp os professores “entendem que os assuntos internos à universidade devem ser tratados através do diálogo com a comunidade universitária. A reiterada presença da Polícia Militar fortemente armada, intimidando os manifestantes no campus, é motivo da indignação dos docentes”.

Em 01/06, 150 policiais incluindo membros da Força Tática, espécie de tropa de choque armada, invadiram o USP a pedido da Reitora Suely Vilela. Em 02/06, a invasão se repetiu e desde então a polícia permanece no campus. A greve dos docentes tem início em meio ao impasse nas negociações salariais dos Técnicos-Administrativos,

paralisadas pelo Cruesp (Conselho de Reitores da Unesp, Usp e Unicamp) desde 25/05.

Confira abaixo as reivindicações dos docentes

Os docentes da Universidade de São Paulo, reunidos em assembleia no dia 04/06, indignados pela presença da polícia militar fortemente armada no campus e pela intransigência do Cruesp em retomar as negociações, decidiram entrar em greve a partir do dia 5 de junho, sexta-feira.

Contra a presença da PM no campus Pela reabertura imediata das negociações com o Fórum das Seis

Por uma efetiva política de permanência estudantil
Contra perseguições políticas na universidade
Pela anulação da decisão do Co relativa à mudança da carreira docente

A Criminalização dos Movimentos Sociais no Brasil

Prof^a Cristina Simões Bezerra - Faculdade de Serviço Social

Nos últimos meses, tornou-se recorrente, nos jornais e revistas de grande circulação no Brasil, notícias sobre as investidas do governo estadual do Rio Grande do Sul sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em todas as suas ações. Uma das mais alarmantes foi sobre o fechamento de cinco escolas itinerantes do movimento, sob a alegação de que seriam necessárias medidas para a sua “readequação à legalidade, tanto no aspecto pedagógico quanto na estrutura de influência externa do MST [...]”.

Parece-nos que estas ações sobre o MST são apenas a ponta de um iceberg muito maior, que remete a um processo de penalização da miséria e de criminalização das diversas formas de luta que os setores populares têm historicamente tentado construir na direção da luta pelos seus direitos. Estas duas investidas constituem claramente uma necessidade intrínseca ao modo de produção capitalista na sua face contemporânea, sob o formato neoliberal, uma vez que o Estado não consegue encaminhar medidas concretas de resposta ao agravamento da questão social. A redução de um “Estado de Bem Estar Social” que, na verdade, nunca chegou a se constituir plenamente no Brasil, coincide com o fortalecimento de um perfil penal e policial deste mesmo Estado, com a reinvenção de antigas formas de controle social para uma população cada vez mais carente.

Na realidade brasileira, este fato tem raízes históricas bastante evidentes. Ao longo de toda a história do desenvolvimento capitalista no Brasil, a questão social sempre foi tratada através de um tênue fio entre o tratamento policial e o tratamento político, sendo que o primeiro prevaleceu em diversos momentos. Vale lembrar as ações que a ditadura militar empreendeu, durante mais de vinte anos, sobre os vários espaços de oposição, tais como partidos políticos, movimentos sociais, movimento estudantil, dentre outros. Em nosso país, num cenário de classes sociais politicamente frágeis, onde os projetos societários por elas defendidos não se definem com maturidade e clareza, o recurso dos setores dominantes aos aparatos repressivos do Estado é muito mais marcante do que em outros países, reforçando uma situação de medo e de restrição ao envolvimento em questões políticas mais amplas.

Hoje, no contexto neoliberal, estas formas de relação de nossas classes dominantes com os diversos aparelhos de nossa

sociedade civil vêm ganhando novos contornos. Reinventam-se novos tipos de “crime” e de “perigo”, novas categorias são consideradas “subversivas” e, “em nome da lei”, redimensionam-se as estratégias de culpabilização daqueles que, na verdade, são vítimas das contradições deste sistema. O resultado esperado é, entre outros, o de modificar a visibilidade pública destes movimentos, que, a princípio, estariam deixando de lutar pelo direito legítimo ao trabalho e pela democratização do espaço público, para aderirem a um processo de “formação de quadrilhas” (tipificação penal mais utilizada no caso dos movimentos sociais como o MST) e de subversão de uma ordem inquestionável.

Nesta direção, diferentes instituições deste Estado capitalista reorientam sua atuação. Dentre elas, vale mencionar o Poder Judiciário, que se define claramente na perspectiva de manutenção da hegemonia conservadora, com a “cultura do medo e da insegurança”, que acaba por justificar os argumentos de necessidade de endurecimento das penas e de criação de novos tipos criminais como forma de conter a indisciplina e o inconformismo de setores específicos da população. É importante também compreender que esta lógica vem reforçada pela atuação de meios de comunicação de massa que, ao banalizarem a violência e clamarem por segurança pública, não mencionam a raiz do problema, qual seja, a desigualdade social e econômica própria do desenvolvimento contemporâneo do modo de produção capitalista. Assim, o capitalismo busca os caminhos materiais e ideológicos para garantir a sua reprodução e a apropriação, pela lógica do individualismo, da exploração e da alienação, da totalidade das relações sociais.

O momento nos parece, portanto, de alerta para aqueles que compartilham da perspectiva de se potencializar estratégias de superação deste sistema. Mais do que nunca, é preciso empreender esforços no sentido de desconstruir as investidas e os valores neoliberais, reencontrando o caminho para a proposta de uma vida societária livre do risco de banalização de suas relações sociais. Neste momento, cabe a luta por uma justiça que seja sinônimo não de crime e de penalização, mas de direitos, de solidariedade e de emancipação humana.



Imagem MST